

AMAZÔNIA,
CULTURA E
CENA POLÍTICA
NO BRASIL



Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Armin Mathis

Conselho Editorial do NAEA

Durbens Martins Nascimento

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

Armin Mathis

Edna Maria Ramos da Castro

Lairson Costa

Nirvia Ravena

Hisakhana Pahoona Corbin

Sílvio José de Lima Figueiredo

Simaia do Socorro Sales das Mercês

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Durbens Martins Nascimento, NAEA/UFPA

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos, NAEA/UFPA

Armin Mathis, NAEA/UFPA

Edna Maria Ramos da Castro, NAEA/UFPA

Flavio Gaitán, UNILA

Gisela Leitão, EUC (Colômbia)

Lairson Costa, NAEA/UFPA

Lucimara Costa, UFAM

Marion Glaser, LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT

Nirvia Ravena, NAEA/UFPA

Oriana Trindade de Almeida, NAEA/UFPA

Peter May, UFRJ

Renato Boschi, IESP/UFRJ

Sílvio José de Lima Figueiredo, NAEA/UFPA

Simaia do Socorro Sales das Mercês, NAEA/UFPA

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

SILVIO LIMA FIGUEIREDO, CARLOS PAIVA, JOSÉ MARIA REIS E SOUZA JÚNIOR, ANA CLÁUDIA SILVA, AUDA PIANI TAVARES, ELIANA BOGÉA, FÁBIO CASTRO, MARINA CASTRO, AMARILDO FERREIRA JÚNIOR, VALCIR BISPO SANTOS, BENISON OLIVEIRA, BRENDA TAKETA, GUILHERME GUERREIRO NETO, LUCIANA MOREIRA PORTO, WLADILENE DE SOUSA LIMA, MIRLEIDE CHAAR BAHIA, JULIANA AZEVEDO HAMOY, KASSIA SUELEN DA SILVA FARIAS, THILIANE REGINA MEGUIS, ELIS DE ARAUJO MIRANDA, SÓNIA FERREIRA PINTO, MARIA MANUEL BAPTISTA, PAULO CARRELHAS, MURIEL ROLAND E MONIQUE DE BOUTTEVILLE

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Belém
NAEA
2016

Copyright dos autores

Coordenadoria de Comunicação e Difusão Científica do Naea

Arte da capa: Werne Oliveira

Diagramação: Priscila Castro

Revisão: Lairson Costa

Ficha catalográfica: Ruthane da Silva e Rosângela Mourão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil/ Silvio Lima Figueiredo...[et al.].- Belém: NAEA, 2016.

220 p.: il.; 23 cm.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-156-0

1. Cultura - Política governamental - Brasil. 2. Pública - Cultura e meios de cultura. 3. Política cultural - Amazônia. 4. Patrimônio cultural - Proteção - Amazônia. I. Figueiredo, Silvio Lima.

CDD 22. ed. 306.09811

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária José da Silveira Neto
Setor Profissional - Campus Belém
Av. Perimetral, n.º 1, Guamá, Belém-PA, Brasil, CEP 66075-650
Telefone (91) 3201-8521
editora_naea@ufpa.br

Sumário

Prefácio - “É preciso estar atento e forte” <i>Maria Dorotéa de Lima</i>	07
Políticas públicas, cultura e resistência <i>Silvio Lima Figueiredo</i>	17
Notas sobre os atuais desafios do fomento à cultura no Brasil <i>Carlos Paiva</i>	23
Pontos de Cultura e Cultura Viva no contexto de ameaça à Democracia Brasileira <i>José Maria Reis e Souza Junior</i>	35
Políticas públicas de memória e museologia social: os Pontos de Memória no Brasil <i>Ana Claudia dos Santos da Silva</i>	47
Políticas culturais na promoção da diversidade cultural e valorização do patrimônio imaterial <i>Auda Edileusa Piani Tavares</i>	55
Foi Assim: O Sistema Nacional de Cultura (SNC) no Pará <i>Eliana Bogéa e Silvio Lima Figueiredo</i>	71
Aspectos estruturais da política cultural do PSDB no Pará <i>Fabio Castro e Marina Castro</i>	83
Inconsistências patrimoniais: registro e salvaguarda do patrimônio imaterial paraense e o Golpe à Democracia <i>Amarildo Ferreira Junior</i>	93
A Lei Valmir Santos e a implantação do Sistema Municipal de Cultura de Belém: os avanços e golpes em relação à democratização da política cultural de Belém <i>Valcir Bispo Santos</i>	105
O fortalecimento da política cultural brasileira e os reflexos no IPHAN através da Projeto Rua em Belém, PA <i>Benison Alberto Melo Oliveira</i>	117
Relato cidadão sobre a tentativa de reforma do Ver-o-Peso <i>Brenda Taketa e Guilherme Guerreiro Neto</i>	127

Pontos de Cultura e Cultura Viva no contexto de ameaça à Democracia Brasileira

José Maria Reis e Souza Junior¹

Introdução

Em 2 de janeiro de 2003, tomava posse como Ministro da Cultura, em Brasília – DF, o administrador e artista Gilberto Gil, com uma missão árdua e complexa: instaurar no país uma visão nova de cultura e de política cultural, diferente da que vinha sendo construída até então. Um conceito novo, que de novo, na verdade tem muito pouco, se consideramos que, desde o final do século XIX e início do XX, Edward Tylor, Fraz Boas e Malinowski, por exemplo, já tratavam cultura dessa forma: como tudo aquilo que passa pelas mãos e pela mente do ser humano, tudo que é feito ou pensado pelas pessoas.

Tal afirmação torna-se óbvia ao obsevamos este trecho de seu discurso de posse:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta “classe artística e intelectual”. Cultura, como alguém já disse, não é apenas “uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos”. Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra “folclore”. Os vínculos entre o conceito erudito de “folclore” e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. “Folclore” é tudo aquilo que não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa é produzido por gente inculta, por “primitivos contemporâneos”, como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe “folclore” o que existe é cultura (GIL, 2003).

¹ Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Geografia (PPGEO/UFPA) e Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Bolsista CNPq. Professor colaborador do FIPAM/NAEA/UFPA. zehma@hotmail.com

Assim, o governo que assumia se propunha a ministrar uma política cultural (friso, uma política cultural, pois ao Estado não compete ministrar sobre cultura, mas sim sobre política cultural) baseada em um conceito antropológico de cultura, de “antropologia aplicada”, nas palavras do próprio Ministro.

Então, se é de antropologia aplicada (neste caso), é de antropologia social, social e cidadã. Pensemos assim, em uma política cultural participativa e representativa, pensemos assim em um conceito antropológico, simbólico e econômico de cultura.

Mas isso, que é quase um consenso na academia atualmente, tal como falamos no início, era novo no âmbito das políticas públicas setoriais de cultura. No período anterior, o que imperava era uma visão liberal de política cultural, quando a principal ferramenta dessa política é uma lei de incentivo à produção cultural baseada em incentivos fiscais (a lei Rouanet); a cultura e as artes como moedas de troca em uma relação comercial.

Contudo, o queremos frisar agora, no início deste debate que aborda um assunto muito particular de minha pesquisa de doutorado, é que, em se tratando de uma política cultural alicerçada em preceitos antropológicos, simbólicos, econômicos e participativos, então estamos falando de uma política cultural democrática, que só se torna possível e exequível em um ambiente social e político democrático.

Assim, é nesse contexto de ataque à democracia brasileira, de um “impeachment” fraudulento da Presidenta Dilma Roussef em que vivemos hoje, que desejamos dialogar sobre a natureza da política institucional brasileira, sobre os Pontos de Cultura e o ideário de Cultura Viva e Comunitária, e sobre como estes serão focos, literalmente pontos de resistência diante desse golpe político-parlamentar, midiático e institucional em curso no país.

O programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura foram criados no primeiro governo Lula, quando Gilberto Gil era Ministro da Cultura. Sua efetiva criação é quase uma saga quixotiana, ou para ser mais justo (pois tem muito mais a ver), uma saga de Macunaíma frente ao sistema econômico, burocrático, cultural e opressor vigente.

Vista desde sempre como demasiadamente revolucionária, uma vez que inverte uma lógica quase *hors concours* em políticas culturais, na qual o que se apoiava em projetos culturais eram eventos e estruturas, ou seja, momentos e equipamentos culturais, com a nova política cultural, agora com os pontos de cultura, o que passa a ser fomentado são processos e ações, ou seja, projetos que já existem e que se encontram em curso, e suas ações que serão apoiadas (impulsionadas, nas definições do programa); nada mais de financiar obras, cal e pedra (somente), e por isso sempre sofreu resistências até mesmo dentro do sistema burocrático e institucional do governo.

Essa saga, o criador dos Pontos de Cultura, o amigo intelectual e gestor público Célio Turino, conta em sua obra *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima*. Os pontos surgiram dessa inquietação, dessa vontade de realizar uma ação de política pública cultural que desse condições materiais e imateriais para a produção e fruição cultural de grupos e pessoas com expressões e práticas da cultura popular e comunitária, que privilegiasse a realização de ações em vez da construção de estruturas, e que promovessem práticas e filosofias libertadoras, igualitárias e emancipatórias, como por exemplo a cultura de paz e a cultura digital.

Surgiram no âmbito de uma política democrática para a cultura, de processos democráticos de concepção, argumentação e desenvolvimento de políticas públicas culturais, que têm como espinha dorsal o Sistema Nacional de Cultura – SNC. É sob essa égide (em um ambiente político-social de democracia e cidadania cultural) que surge o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, suas principais ações.

Dessa forma, Pontos de Cultura são um projeto, mas também uma filosofia. É um projeto que uma instituição cultural submete a um edital de seleção pública que o Ministério da Cultura (e posteriormente com a descentralização do programa, também por outros entes federados como estados e municípios) abre para apoiar financeiramente a realização das ações, dos projetos selecionados, com base nos preceitos do programa.

Dessa feita, são projetos, mas também são uma filosofia, um conjunto de conceitos, definições e princípios que balizam o Programa Cultura Viva, considerados e admitidos pelas instituições proponentes, quando da concepção das ações.

Essas instituições culturais têm em comum a realização de práticas socioculturais em busca do desenvolvimento local de suas comunidades, com uma militância ativista muito forte pela cidadania e direitos culturais, pela defesa da diversidade cultural, mas tendo sempre como “pano de fundo” a transformação da realidade local em que estão inseridas, quase sempre são realidades de exclusão territorial e social.

São, quase inevitavelmente, organizações da sociedade civil organizada, quase sempre organizações não governamentais, das mais variadas naturezas jurídicas (associações culturais, sociais e ambientais, associações comunitárias, cooperativas, institutos, fundações, etc.). Pode-se dizer que a promoção do desenvolvimento local e comunitário é uma característica dessas instituições.

Dessa forma, Pontos de Cultura são “uma potência de transformação social promovida por instituições e pessoas, que colocam a cultura no centro de suas atenções, é uma ação cultural para mudar a realidade de suas localidades, que já existiam, quando o governo federal criou em 2004 o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura” (SOUZA JUNIOR, 2016).

Estado, Política e Políticas Culturais

O conceito e o entendimento que temos atualmente de Estado, com certeza, têm suas origens na sociologia da Dominação Weberiana. As características que definem o Estado são abordadas inicialmente em um capítulo importante de sua conhecida obra *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade), e depois desenvolvida em mais quatro capítulos que foram denominados *soziologische Kategorienlehr*; e, posteriormente, de uma forma didaticamente mais bem organizada em temas, em *From Max Weber: Essays in Sociology* por H.H. Gerth e C. Wright Mills em 1947 (BIANCHI, 2014).

A obra se destacou por conter, além dos textos originais reorganizados tematicamente, outros ensaios e conferências de Weber, entre essas a celebrada “A política como vocação”, feita na Universidade de Munique em 1918 (WEBER, 1919).

O conceito de Estado cunhado por Weber passa pela definição de outros dois conceitos, poder e dominação.

Poder, em Weber, tem comumente sido reduzido a coação física legítima do Estado sobre as pessoas, isso muito em função de uma interpretação literal de sua obra, o que, para os leitores apressados, tem sido definido como simples violência legítima e coercitiva. Contudo a própria definição de poder para Weber não é muito elucidadora; para este, poder “significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências” (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014. p. 87). Talvez por esse caráter amorfo e demasiadamente amplo do conceito de poder, ele tenha preferido como conceito central de sua sociologia a dominação.

A sociologia política de Max Weber diz, sucintamente, que a dominação nada mais é do que um caso especial de poder; assim dominação significa “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014. p. 88). Deste conceito é possível inferir que a dominação, um tipo especial de poder, não necessariamente é força física coercitiva; na “probabilidade de encontrar obediência”, está a possibilidade da presença do líder e do convencimento.

Outro aspecto definidor do conceito de Estado em Weber é a aproximação ao conceito de associação política. Uma associação de dominação (leia-se, o Estado) denomina-se associação política “quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante a ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo” (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014. p. 89)

Max Weber, compreendendo o Estado como uma forma muito especial de associação política, apresentou seu conceito de forma mais precisa: “Uma

empresa com caráter de instituição política denominamos Estado quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes” (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014, p. 91).

Assim, desses dois conceitos podemos perceber como características do Estado moderno: a existência de um território (que não pressupõe, necessariamente, a existência de limites definidos) ordenado e regulado, onde todas as atividades humanas são reguladas por normas e estatutos explícitos (não somente as práticas econômicas, inclusive as de caráteres imateriais e privados); a capacidade e a disponibilidade de uso da força; o papel do líder político; e a presença de um quadro administrativo e burocrático.

Para nossos interesses de pesquisa acerca do Estado na contemporaneidade, e suas implicações sobre a política cultural brasileira, um conceito weberiano, em especial, é importante: política. Em “Política por vocação”, Weber a define nos seguintes termos: “por política entendemos, conseqüentemente, o conjunto dos esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior do próprio Estado” (WEBER, 1967, p. 56).

O conceito de política de Weber ainda hoje é elucidativo e definidor da natureza política das relações sociais, em suas diversas dimensões possíveis, que buscam a compreensão explicativa e uma sociologia compreensiva das ações sociais.

Contudo, muito tempo se passou desde os estudos de Weber. A industrialização no chamado primeiro mundo se consolidou e se desenvolveu; na América Latina, em países como Argentina, México e Brasil, se efetivou a partir da segunda metade do século XX; e a revolução técnico-científica e informacional acelerou as mudanças em uma velocidade nunca antes experimentada pela humanidade (SANTOS, 1996).

O mundo hoje é regido por Estados capitalistas, múltiplos de sentidos, funções, características e institucionalidades, que se manifestam por meio de políticas públicas e sociais (FLEURY, 1994), onde a política não mais se limita (somente) às relações de poder entre Estados-nações, tal como enfatizado no conceito weberiano da sociologia clássica. Política atualmente toma contornos de prática social dotada de múltiplos sentidos, naturezas e significados, que são implementadas por meio de ações políticas em todas as dimensões possíveis (macro, meso, micro, etc.) por indivíduos e grupos sociais, associados politicamente em organizações e/ou instituições.

Dessa forma, os processos de desterritorialização e multiterritorialização (HAESBAERT, 2005) das sociedades complexas contemporâneas nos colocam novos paradigmas, novos atores, conflitos e mediações, que ultrapassam as esferas sociais, políticas, econômicas e institucionais, e cada vez mais tornando

evidente a relevância das dimensões simbólicas e culturais integradas a estas.

Assim, a política de hoje, quanto a implementação, é a política pública, e quanto a sua natureza, é neoinstitucionalista. Afirmações veementes que ainda povoam nosso imaginário intelectual, e quem têm tomado nossa prática e pesquisa acadêmica em curso, ainda são preliminares, todavia, bem fundamentadas.

Sobre a natureza e a essência da política das práticas sociais contemporâneas, amparamo-nos no diálogo entre os postulados de Marcun Olson, sobre a lógica da ação coletiva, e de Robert H. Salisbury, sobre a representação dos grupos de interesses e o domínio das instituições, como faremos a seguir.

Interesses referem-se a atitudes. Envolvem valores e preferências. São os efeitos percebidos da ação política ou da inação, incluindo todas as suas formas simbólicas, bem como os empregos mais tangíveis sobre valores, que criam interesses politicamente relevantes.

Da mesma forma, os comportamentos de interesse expressam uma finalidade relacionada com a política, por vezes muito amplamente definida e, por vezes, altamente específica e detalhada (SALISBURY, 1984).

Até à publicação de “A lógica da Ação Coletiva” de Olson, relativamente pouca atenção realmente séria tinha sido dada à questão de como e se os interesses se organizariam em associações capazes de, politicamente, promover ações de interesse comum [...]

Nessa tradição, a principal tarefa intelectual era a de mapear, localizar os atores envolvidos na situação política e especificar a direção política que eles tomaram (SALISBURY, 1984.p. 65. Tradução nossa).

Assim, o diálogo com a obra de Olson sobre a lógica da ação coletiva torna-se nítido, e é muito necessário que revisitemos seus postulados.

Salisbury (1999) explica que é comum se pensar que grupos de indivíduos, cujos objetivos sejam sobretudo econômicos, e nos quais hajam interesses comuns, ajam em prol desses interesses comuns na mesma medida em que estes agiriam individual e pessoalmente para consecução de seus objetivos.

Pensar que os grupos de indivíduos com interesses comuns agiriam em conjunto para atingir seus objetivos, como uma sequência lógica da premissa do comportamento racional e centrado nos próprios interesses, é um equívoco.

Não é porque todos os indivíduos de determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal que eles agiriam para atingir tal objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas em seus próprios objetivos.

Olson desafiou a suposição de que os indivíduos se juntariam a uma organização para pressionar por políticas públicas, cujos benefícios desfrutariam se tivessem se unido ou não. [...]

Era o ponto de vista central de Olson de que grupos de interesse, pelo menos aqueles que se preocupam com interesses econômicos, não são, em primeira instância, organizados por razões de ordem pública (SALISBURY, 1984. p. 66. Tradução nossa).

Segundo Olson, isso só aconteceria se: 1) o grupo fosse realmente pequeno, 2) se houvesse formas coercitivas, ou/e 3) se houvesse alguma forma de benefício especial pessoal para alguns indivíduos (OLSON, 1999, p. 14).

Dessa forma, em revisões subsequentes da tese original de Olson, Salisbury e outros afirmam que, embora Olson os excluísse, seus argumentos se aplicavam plenamente também a todos os muitos grupos (de diferentes tamanhos, das grandes corporações aos pequenos grupos) que estavam organizados em torno de objetivos de políticas públicas.

É nesse tipo de ambiente que as políticas públicas, e no caso as políticas culturais brasileiras, se desenvolveram. Um ambiente cuja natureza da política institucionalizada é baseada em preferências seletivas e selecionadas, não necessariamente se pensando em ganhos comuns, mesmo que racionalmente essa fosse a melhor escolha; baseadas em benefícios pessoais, barganhas e/ou imposições.

Entretanto, e em contraponto a esta realidade, existe uma outra realidade viva e verdadeira, real e concreta, que são os movimentos sociais, em especial, os movimentos socioculturais, ou como preferimos chamar: os movimentos sociais das culturas e as mobilizações coletivas contemporâneas (dos quais os movimentos nacional e internacional de Pontos de Cultura fazem parte), que são dotadas de grande complexidade e fluidez, e que têm usado com muita eficiência as redes sociais e políticas como ambiente e arena política, pautando-se por outras matrizes e conceitos, por outras práticas e conhecimentos: pertencimento, afeto, potência, compartilhamento, solidariedade, confiança e gratidão fazem parte dessa realidade (SOUZA JUNIOR, 2016).

As implicações entre estas duas realidades sociais e políticas serão abordadas na seção conclusiva, por entedê-las como uma das principais questões abordadas neste trabalho. No momento, será abordada sucintamente a política cultural brasileira.

O período de 2003 a 2010 foi marcado pela construção e estruturação do Sistema Nacional de Cultura – SNC. Era o início do governo Lula, que trazia uma abertura de diálogo com a sociedade e a admissão de um conceito antropológico, econômico e simbólico de cultura. O programa Cultura Viva foi criado nesse período. São marcos as gestões dos Ministros Gilberto Gil (2003 – 2008) e Juca Ferreira (2008-2010) à frente do MinC.

A continuidade da política cultural brasileira a partir de 2011 se dá com a eleição da Presidente Dilma Rousseff, que é tido como um período de avanços e contradições (BARBALHO, 2014).

É um período estratégico e relevante por ser o momento de efetivação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, por meio da aprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 71/2012².

A Constituição Federal é então acrescida do artigo 216 – A, que define

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 1998. E.C. nº 71/2012).

O SNC é o formato sistêmico de gestão e promoção da política cultural brasileira. Por meio de sua estruturação e implementação, busca-se institucionalizar as políticas públicas de cultura no país.

Institucionalizar significa criar os marcos políticos e legais necessários, federalizar a adesão ao sistema por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa por parte de estados e municípios que se comprometem a criar seus sistemas por meio de leis próprias, prever orçamentos e recursos para as políticas culturais, e, por fim, este que talvez seja o seu maior legado, garantir a continuidade das políticas públicas de cultura no Brasil, que desde a sua gênese estiveram ao gosto dos governantes de “plantão”, marcadas por ausências, autoritarismos e instabilidades (RUBIM, 2013).

Assim, o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura surgem em 2004³ nesse contexto de expansão e usufruto dos direitos culturais assegurados pela “Constituição Cultural” (FILHO, 2011), e implementados pelo MinC, por meio de uma Política Nacional de Cultura, que tem como missão garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais.

Golpe, Pontos de Cultura e Cidadania Cultural como focos de resistência política

O golpe político no Brasil, que ocasionou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, criou um ambiente de instabilidade política, social, econômica e

2 Originária do PEC n. 416/2005 de autoria do Deputado Federal Paulo Pimenta (RS-PT). No Senado, passou a ser o PEC n. 34/2012.

3 O Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria 156, de 6 julho de 2004, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 7 de julho de 2004.

institucional, que obviamente trará consequências gravíssimas sobre nossas vidas e sobre a política cultural brasileira.

Um ambiente de instabilidade sem precedentes na história social do país, já comentam em eventos científicos e socioculturais alguns historiadores, sociólogos, cientistas políticos e pesquisadores sociais. Esse impeachment é o maior atentado já cometido à democracia brasileira e aos direitos civis, uma vez que um verdadeiro conluio político agiu para tirar do governo uma Presidenta eleita pelas vias democráticas e legais, causando a perda rápida e gradual de direitos plenos e adquiridos, tais como direitos à saúde, à educação, ao saneamento, à segurança pública e à segurança alimentar, por exemplo, ocasionando fome, miséria, desemprego, desnutrição, mortes, também se tornará um atentado aos direitos humanos.

De tal forma que poucos fatos históricos da contemporaneidade demonstrariam tão bem o quanto a natureza da política brasileira é neoinstitucionalista, ratificando nossos argumentos apresentados neste capítulo.

Tal como Salisbury (1999) analisou o congresso norte-americano em Washington, a maioria dos políticos parlamentares brasileiros também agiram politicamente em função de representar seus grupos de interesses, agiram em busca de benefícios próprios e particulares, por meio de barganhas e negociações, em que o fim foi quase sempre, objetivamente, o ganho financeiro e monetário.

Como em Washington, em Brasília, os parlamentares do Congresso Nacional agiram na votação do “impeachment”, não com base nos documentos formais, relatórios e acusações judiciais, pois estes foram contestados e recontestados em todas as instâncias formais do Congresso, provando-se que não houve causa para o impedimento (usaram-se o apelo e a manipulação da mídia privada para “tornar verdade” essas acusações, no nível da opinião pública e do senso comum); mas agiram sim em função de *lobbys* e acordos com grupos políticos hegemônicos e corporações econômicas, instituições e organizações que representam interesses e motivações muito particulares, que passam ao largo dos interesses públicos e coletivos da população brasileira.

Mesmo assim, convivendo com essa realidade e esse cenário, existem outras formas de pensar e de agir, outras cosmovisões e concepções políticas que questionam paradigmas balisares da ordem capitalista ocidental e eurocêntrica, tais como o liberalismo, o racionalismo e o utilitarismo.

São movimentos socioculturais e mobilizações coletivas que fogem dos preceitos formais e convencionais de organização e compreensão da vida social e política. São grupos e indivíduos que agem em função de objetivos pactuados coletivamente, e que adotam meios inovadores de comunicação e organização, tais como as redes sociais e políticas (MARTINS, 2010). A esses, podemos incluir o movimento nacional de Pontos de Cultura.

A pretensa extinção do Ministério da Cultura, e/ou seu enfraquecimento institucional, busca na verdade desmobilizar o setor cultural e descontinuar suas políticas. O MinC foi criado pelo Presidente Sarney em 1985, extinto por Collor em 1990, e recriado por Itamar Franco em 1993. De 1985 a 1994, ou seja, em 9 anos, houve 10 dirigentes à frente deste órgão, o que demonstra uma incrível instabilidade política e institucional deste setor.

As relações associativas e cooperativas dos Pontos de Cultura (entre si, com o Estado e mercado) promovem novas formas de pensamento, organização, participação e ação civil pública (por isso estão sendo tão visados nesse processo de dismantelamento político).

A Rede Cultura Viva configura-se plenamente em possibilidades reais de emancipação política e social (instituindo uma cultura cívica) dos Pontos e Pontões de Cultura; e por parte do Estado pode constituir-se numa ferramenta eficaz de planejamento e gestão territorial e temática da Política Nacional de Cultura Viva - PNCV

O ataque às políticas e ao setor cultural é político e simbólico, buscam atacar a identidade de resistência que o setor adquiriu ao longo desses anos de instabilidade e descontinuidade política e institucional.

Resistência em rede, os Pontos de Cultura são uma rede de cidadania e diversidade cultural brasileira, deverão estar no *front* de combate ao desgoverno golpista. Um bom exemplo dessa resistência são as muitas e diversas redes Pontos de Cultura que existem hoje, tais como a REDE AJURICABA – Rede Paraense de Pontos de Cultura (ver <http://iberculturaviva.org/portfolio/zehma-e-a-rede-ajuricaba-a-rede-de-resistencia-dos-pontos-de-cultura-do-para/>).

A Política Nacional Cultura Viva é uma conquista social (lei 13.018/2014). A Cultura Viva é uma lei, uma política de Estado (e não de governo), por isso os movimentos sociais das culturas e a sociedade brasileira precisam apropriar-se dela e cobrar sua implementação.

Esses são os desafios e a realidade brasileira no contexto de um golpe político, que, como já dito e ratificado, não há precedência histórica

Referências

- BARBALHO, A.** O Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma: avanços e continuidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais/ Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 2, nº2, p. 188-207, 2014.
- BIACHI, A.** *O conceito de Estado em Max Weber*. Lua Nova, São Paulo, n. 92. p. 79-104, ago. 2014.
- BRASIL.** Constituição (1998). *Emenda Constitucional. nº 71, de 29 de novembro de 2012*. On line. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2012/emendaconstitucional-71-29-novembro-2012-774688-publicacaooriginal-138236-pl.html>
- FILHO, E.T.** A Constituição Cultural. In: SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Org.). *As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ipea, 2011.
- FLEURY, S.** *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina* [on line]. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994.
- GIL, G.** *Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo*. Brasília – DF. On line. Disponível: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fdiscursos%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_keywords%3D%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_delta%3D20%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_cur%3D22%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_andOperator%3Dtrue
- GOLDENBERG, M.** *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- HAESBAERT, R.** Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo. p.6774 – 6792. Março. 2005.
- LARAIA, R. B.** *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.
- MALINOWSKI, B. K.** *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da Aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 1 – 38.

- MARTINS, P.H.** Redes Sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 401-418, Maio/Ago. 2010. Acessado em 6/04/2015: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/13.pdf>
- MIRANDA, E. A.; ROCHA, E.S.; EGLER, T.T.C.** A Trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. *Novos Cadernos do NAEA*. v. 17 n. 1. p. 25-46. jun. 2014. Belém: NAEA/UFPA, 2014.
- OLSON, M.** *A Lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BRASIL/MinC.** *Relatório de Redesenho do Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2012
- RUBIM, A. A. C. (Org.)**. *Políticas culturais no governo Lula*. Coleção CULT. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SALISBURY, R. H.** Interest Representation: The Dominance of Institutions. *The American Political Science Review*, Vol. 78, n. 3, p. 417-457.
- SANTOS, M.** *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- SELL, C. E.** *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Org.)**. *As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ipea, 2011.
- SILVA, F. A. B. da; LABREA, V.V. (Org.)**. *Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2104.
- SOUZA JUNIOR, J.M.R.** *Quando a poesia virou política: o percurso dos Pontos de Cultura no Brasil, de programa governamental a Rede Cultura Viva*. VII Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2016. Acessado em 8/12/2016: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>
- TURINO, C.** *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2.ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.
- WEBER, M.** *A Política como vocação*. [1919] In: GERTH, H.H; WRIGHT MILLS, C. (Org). *Max Weber: Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.
- WEBER, M.** *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- WEBER, M.** *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2001.p. 1 – 69.
- WEBER, M.** *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2008.